



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1002173-43.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Ariovaldo Brigante**
 Requerido: **DAYANE STEFANIE DE MORAES**

C O N C L U S ã O

Em 27 de maio de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. **THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**.
 Eu, _____, Marcos Eduardo dos Santos, Oficial Maior, subscrevi.

Vistos etc.
 Sentença em separado (02 folhas digitadas).
 S. C., 27/05/2014

JUIZ DE DIREITO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
Rua Sorbone 375, . - Centreville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Vistos etc.

ARIOVALDO BRIGANTE, já qualificado(a) nos autos, moveu Ação de Despejo por Falta de Pagamento c.c. Cobrança de Alugueres contra **DAYANE STEFANIE DE MORAES**, também já qualificado(a), alegando, em síntese, que locou ao requerido(a), o imóvel situado nesta cidade, na rua República do Líbano, nº 770, pelo aluguel mensal e atual de R\$360,00, mais encargos da locação, e que não lhe foram pagos os alugueres vencidos desde dezembro de 2013.

Deferida a liminar de despejo, a ré foi regularmente intimada e citada dos termos da ação, no entanto, não se defendeu nem efetuou o depósito judicial do débito.

É o relatório.

DECIDO

A ação procede, eis que com a revelia se presumem aceitos como verdadeiros, os fatos alegados na inicial (art.319, do CPC), notadamente a existência de locação e o atraso no pagamento de alugueres e demais encargos da locação.

Tais fatos acarretam a consequência jurídica do despejo.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente a ação**. Em consequência, decreto o despejo pedido, declarando rescindido o contrato de locação.

Fundamentado no art. 62, inc. I, da Lei 8.245/91, condeno a requerida a pagar ao autor, os alugueres discriminados na inicial, mais os que se vencerem até a data da efetiva desocupação, devidamente corrigidos, além das custas e honorários advocatícios que fixo em 20% do débito.

Não há informação que o imóvel foi desocupado.

Isto posto e considerando os termos da liminar concedida nas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
Rua Sorbone 375, . - Centreville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

páginas 14/15, expeça-se, de imediato, independentemente do trânsito em julgado, o respectivo mandado de despejo.

Libero a caução prestada pelo autor.

Oportunamente, apresente o autor a conta de liquidação.

P.R.I.C.

27 de maio de 2014

Themístocles Barbosa Ferreira Neto

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**